

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso Ciências Contábeis

Ana Luiza Araújo
Dayanne Jennifer Barbosa Barreto
Fabiola Karen Silva Santos
Francielly Aquino Maia
Roziane Cristina de Souza
Vanessa de Paula Barreto

**O TESTE DE IMPAIRMENT PARA ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO E SEUS
EFEITOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS**

Belo Horizonte
2013

Ana Luiza Araújo
Dayanne Jennifer Barbosa Barreto
Fabiola Karen Silva Santos
Francielly Aquino Maia
Roziane Cristina de Souza
Vanessa de Paula Barreto

**O TESTE DE IMPAIRMENT PARA ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO E SEUS
EFEITOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS**

Trabalho Interdisciplinar do 6º período do
Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais São
Gabriel.

Orientadores: Paulo Emidio Lopes Gaetani,
Edivar Miranda, Hildegardo Martins Lima,
Ronaldo Moreira de Castro.

Belo Horizonte

2013

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Efeito Tesoura

Figura 2 – Demonstração do resultado custeio por absorção

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre custeios

Quadro 2 – Os grupos patrimoniais operacional, financeiro e permanente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 INTERDISCIPLINARIDADE	6
3 REVISÃO DA LITERATURA	8
3.1 Contabilidade Internacional	8
3.1.1 Normas Contábeis	8
3.1.2 Impairment – Aspectos Conceituais	9
3.1.3 Identificando uma perda por impairment	9
3.1.4 Valor Justo – fair value.....	10
3.1.5 Unidade geradora de caixa.....	10
3.1.6 Mensuração do valor recuperável	11
<u>3.1.6.1 Valor Líquido de venda</u>	11
<u>3.1.6.2 Valor em uso</u>	11
3.1.7 Realização do teste de impairment	12
<u>3.1.7.1 Contabilização das perdas das unidades geradoras de caixa</u>	12
<u>3.1.7.2 Depreciação e amortização</u>	13
<u>3.1.7.3 Reversão da perda por desvalorização - impairment</u>	13
<u>3.1.7.4 Divulgação</u>	13
3.2 Controladoria Financeira.....	14
3.2.1 Capital de Giro	14
3.2.2 Ciclo Operacional	16
3.2.3 Ciclo Financeiro	17
3.2.4 Políticas de concessão de crédito aos clientes	17
3.2.5 Políticas de estocagem	18
3.2.6 Necessidade de capital de giro	19
3.2.7 Saldo tesouraria	21
3.3 Contabilidade Fiscal e Tributária	22
3.3.1 Tributação das pessoas jurídicas	23
<u>3.3.1.1 Lucro real</u>	23

3.3.2 Adições e exclusões	24
3.3.3 Ativos contingentes	25
3.3.4 Passivos contingentes	25
3.3.5 Provisões	26
3.4 Contabilidade Gerencial	27
3.4.1 Custos fixos e variáveis	27
3.4.2 Custeio por absorção	28
3.4.3 Custeio variável	29
3.4.4 Comparação entre custeio por absorção e custeio variável	30
5 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho Interdisciplinar (T.I) do sexto período de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade São Gabriel, tem como tema O Teste de Impairment para ativos de longa duração e seus efeitos financeiros e tributários.

O objetivo geral deste trabalho é integrar horizontalmente as disciplinas: Contabilidade Internacional; Controladoria Financeira; Contabilidade Fiscal e Tributária e Contabilidade Gerencial, permitindo uma visão interdisciplinar da atividade contábil.

A presente pesquisa acadêmica tem embasamento aos objetivos específicos propostos, que visam possibilitar a compreensão da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (CPC 00), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em linha com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards), aprovada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) por meio da Deliberação nº 539/08 e pelo Conselho Federal de Contabilidade pela Resolução CFC 1374 de 16/12/2011, assim como entender a forma da apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26), aprovado pelas Resoluções CFC 1185 de 28/08/20019 e CFC 1376 de 08/10/2011.

Dentro deste contexto a disciplina Contabilidade Internacional propõe a elaboração do Teste de Impairment para ativos de longa duração e seus efeitos financeiros e tributários, ainda salienta que a partir do CPC 01 (Redução ao Valor Líquido Recuperável de Ativos) deverão ser observadas as conseqüências no ativo intangível e no imobilizado do teste. A empresa deverá individualizar as unidades geradoras de caixa e observar se os valores serão recuperáveis tendo em vista os benefícios econômicos futuros.

No tocante a Controladoria Financeira o objetivo é demonstrar as estratégias adotadas no gerenciamento do capital de giro, no tocante à administração do ciclo operacional e financeiro, especialmente quanto às políticas de concessão de crédito aos clientes; quanto aos melhores prazos nos pagamentos aos fornecedores e quanto às políticas de estocagem, com isso, realizaram estudo sobre a viabilidade financeira do empreendimento.

Em relação à Contabilidade Tributária a proposta é a pesquisa sobre o ativo fiscal diferido, além das análises ao CPC 32 e CPC 25, evidenciando contabilizações pertinentes.

Por fim, em um aspecto Gerencial, tendo como referência a empresa como um sistema interdependente como o objetivo de obtenção de resultado positivo, sendo gerenciada em obediência aos preceitos da legislação fiscal e tributária, a pesquisa deverá conter a elaboração de um demonstrativo contábil utilizando como base o custeio por absorção, comparativo a outro método de custeio gerencial, seja o ABC (Custeio Baseado em Atividades), Custo-padrão ou Custeio Variável ou Direto, onde fiquem evidenciadas as divergências entre os dois métodos, a pesquisa deverá conter inclusive, a análise das variações ocorridas nos resultados em ambos os custeios e emitir um parecer.

Para elaboração do trabalho interdisciplinar a metodologia utilizada constitui-se de pesquisa via internet e pesquisa bibliográfica realizada ao acervo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Unidade São Gabriel. Ressalta-se que o trabalho elaborado está em conformidade ao Padrão PUC Minas de Normalização.

2 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade, integrando as mesmas a partir da compreensão dos fatores em comum e trabalhando as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos e registro dos resultados. De acordo com Ivani Fazenda (2011) a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.

Em nível de interdisciplinaridade, existe uma relação de reciprocidade, de mutualidade, ou melhor dizendo, um regime de copropriedade que possibilita o diálogo entre os interessados. Neste sentido, pode dizer-se que a interdisciplinaridade depende basicamente de uma atitude. Nela a colaboração entre as diversas disciplinas conduz a uma interação, a uma intersubjetividade como única possibilidade de efetivação de um trabalho interdisciplinar. (FAZENDA, 2011, p.71).

Para que ocorra a interdisciplinaridade não se trata de eliminar as disciplinas, e de torná-las comunicativas entre si, e sim torná-las necessárias à atualização quando se refere às práticas do processo de ensino e aprendizagem. O conhecimento interdisciplinar deve uma comunicação entre os domínios e não um formalismo que neutraliza as significações, fechando as possibilidades.

O Trabalho Interdisciplinar (T.I) tem como objetivo demonstrar que as disciplinas ofertadas no curso de Contabilidade constituem um processo gerencial, onde as informações integram um só sistema. Para o sexto período do Curso de Ciências Contábeis da PUC Minas/ Unidade São Gabriel, o T.I englobará as disciplinas de Contabilidade Internacional; Controladoria Financeira; Contabilidade Fiscal e Tributária e Contabilidade Gerencial.

A disciplina Contabilidade Internacional cumpre o papel de integrar a contabilidade brasileira com o mundo. Com o crescimento da economia a contabilidade tem a necessidade de adequação com as normas internacionais, que são exigidas no mercado.

Por meio da disciplina Controladoria Financeira verificamos as estratégias de gerenciamento adotadas pela empresa para aprimorar seu ciclo operacional e

utilizar seu capital de giro. Aprendemos a lidar com controles e prazos para pagamentos e recebimentos e a garantir viabilidade econômica para empresa.

Na disciplina de Contabilidade Fiscal e Tributária aprendemos a forma adequada de tributação para que a empresa não seja prejudicada com pagamentos de forma desnecessária e incorreta ao fisco.

Por fim a pesquisa com foco em Contabilidade Gerencial proporcionou conhecimento a respeito do processo produtivo da empresa, com base na analisados critérios utilizados na produção, controle de custo, e métodos produtivos.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Os principais autores utilizados para conclusão desse trabalho de pesquisa foram: PADOVEZE (2012), para abordagem da disciplina de Contabilidade Internacional. Em Controladoria Financeira ASSAF NETO (2010), EM RELAÇÃO A DISCIPLINA DE Contabilidade Fiscal e Tributária OLIVEIRA (2011), e em Controladoria Gerencial CREPALDI (2006).

3.1 Contabilidade Internacional

A contabilidade internacional surge para construir um ponto comum entre os relatórios financeiros elaborados por contextos de outros países e definir métodos de adaptação aos padrões internacionais a partir da contabilidade local.

3.1.1 Normas contábeis

As normas contábeis internacionais e brasileiras que regulamentam a matéria redução ao valor recuperável de ativos – *impairment* são semelhantes. Tais formas são as seguintes:

- **Internacional:** IAS 36, do International Accounting Standards Board;
- **Brasil:** Pronunciamento Técnico CPC 1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O principal objetivo e aplicabilidade da IAS 36 e do CPC é:

Definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. São de natureza geral e se aplicam a todos os “ativos relevantes” relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras, tais como: ativos imobilizados, intangíveis e financeiros. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.277).

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite,(2012), se “existirem evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro,a empresa deverá

reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas ajustadas no resultado.”

3.1.2 Impairment – Aspectos conceituais

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012), “[...] o impairment é o conceito de valor justo (fair value), que é fundamental para confrontar o valor contábil de um ativo para fins de contabilizar ou não” .

Impairment segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012), “significa literalmente dano, desvalorização ou deterioração. Em termos contábeis, podemos definir *impairment* como declínio no valor de um ativo ou dano econômico”.

Segundo o Manual de Normas Internacionais de Contabilidade (Fipecafi/Ernest Young) “a perda do valor recuperável de um ativo financeiro acontece quando o valor contábil atual é maior do que o valor estimado de recuperação, considerando, inclusive o valor do dinheiro no tempo.”

Quando o valor contábil for superior ao valor recuperável do ativo, o ajuste do impairment deverá ser feito contabilizando a diferença (o impairment) entre o valor recuperável do ativo e o seu valor contábil como despesa, em contrapartida ao valor contábil do ativo, como provisão retificadora. O conceito de impairment deverá ser aplicado a todos os ativos ou conjunto de ativos relevantes relacionados a todas as atividades da empresa, inclusive financeiras. Esse procedimento deverá ser feito regularmente, pelo menos no encerramento do exercício contábil.(PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.278).

3.1.3 Identificando uma perda por impairment

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012), “as empresas deverão avaliar em cada data de demonstrações contábeis anuais se há qualquer indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização”. Segundo Lemes e Carvalho (2010) “adicionalmente, mesmo que não exista evidência de qualquer perda por *impairment*, os seguintes ativos devem ser testados anualmente:”

- a) um ativo intangível que tem vida útil indefinida;
- b) um ativo intangível ainda não disponível para uso; e
- c) goodwill adquirido em uma combinação de negócios. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 148).

3.1.4 Valor Justo – fair value

Segundo Padovezes, Benedicto e Leite (2012), a mensuração do valor recuperável (valor justo) deve ser feita por dois critérios:

- a) valor líquido de venda;
- b) valor em uso.

Para se aplicar o impairment deve-se usar o maior valor entre os dois critérios. Assim, pode-se definir então:

[...] o valor justo como o preço negociado entre um comprador e um vendedor que age racionalmente, defendendo seu próprio interesse (uma transação arm's-length) ou, na ausência desse valor objetivo, como o valor presente do fluxo de caixa esperado pelo ativo. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.278).

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012) as normas internacionais e brasileiras de contabilidade indicam os seguintes métodos para se apurar o valor recuperável (valor justo):

- a) valor líquido de venda do ativo a partir de um contrato de venda formalizado;
 - b) valor líquido de venda a partir de negociação em um mercado ativo, menos as despesas necessárias de venda;
 - c) valor líquido de venda baseado na melhor informação disponível para alienação do ativo;
 - d) valor em uso (fluxos de caixa futuros descontados para valor presente, derivados do uso contínuo dos ativos relacionados). (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 278).
- Caso haja qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável deve ser estimado individualmente para cada ativo. Se não for possível estimar o valor recuperável individualmente, a entidade deve determinar o valor recuperável da "unidade geradora de caixa" à qual o ativo pertence. (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 279).

3.1.5 Unidade geradora de caixa

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012) considera-se uma unidade geradora de caixa "o menor grupo de ativos que inclui o ativo em uso e que gera entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos". Podem ser considerados como unidades geradoras de caixa;

- a) um ativo único que tem capacidade de prestação de serviços geradora de caixa;
- b) o conjunto de ativos (máquinas, equipamentos, utensílios, veículos) de uma linha de produção e comercialização, como, por exemplo, uma linha de produção de determinada bebida, um conjunto de veículos de transporte para determinada bebida, um conjunto de veículos de transporte para determinados tipos de fretes etc.;
- c) um estabelecimento fabril ou comercial;
- d) uma divisão ou unidade de negócios etc. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.279).

Ainda segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012):

Quando não for possível medir a capacidade geradora de caixa de um único ativo, ou esta for insignificante, ou quando não houver possibilidade de identificar a capacidade e geração de caixa e um único ativo de forma independente de outros, deve-se fazer a mensuração da capacidade de um único ativo em conjunto com os ativos dos quais ele depende para fazer geração de caixa. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.279).

3.1.6 Mensuração do valor recuperável

De acordo com Padoveze, Benedicto, Leite (2012) considera-se valor recuperável o maior entre o valor líquido de venda do ativo e o seu valor em uso.

3.1.6.1 Valor líquido de venda

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012):

considera-se a maior evidência do valor líquido de venda aquela obtida a partir de um contrato de venda formalizado, ou seja, um pedido de compra ou um pedido de venda. Caso não exista contrato formal, o preço poderá ser obtido a partir do valor de um mercado ativo, menos as despesas necessárias de venda. Mercado ativo é um mercado em que todas as seguintes condições existam:

- a) os itens transacionados no mercado são homogêneos
- b) vendedores e compradores com disposição para negociar são encontrados a qualquer momento para efetuar a transação;
- c) os preços estão disponíveis para o público.

Em último caso, o valor líquido de venda também pode ser obtido com base na melhor informação possível que reflete o quanto a empresa conseguiria obter, na data do balanço, pela venda do ativo em uma negociação normal.(PADOVEZE,BENEDICTO,LEITE, 2012, P.280).

3.1.6.2 Valor em uso

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012) para se calcular o valor em uso os seguintes elementos deverão fundamentar o cálculo:

- estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- expectativas sobre possíveis variações no montante ou período desses fluxos da caixa futuros;
- o valor do dinheiro no tempo, representado por uma taxa de juros corrente, livre de riscos;
- o preço decorrente da incerteza inerente ao ativo;
- outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao determinar os fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com o ativo. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, P. 281).

3.1.7 Realização do teste de impairment

Segundo Lemes e Carvalho (2010) “o teste anual de *impairment* da unidade geradora de caixa pode ser realizado em qualquer momento do ano, desde que seja realizado na mesma data todo ano.”

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010):

Diferentes unidades geradoras de caixa podem ser testadas por *impairment* em diferentes momentos do ano. A exceção ocorre quando parte ou todo *goodwill* alocado à unidade geradora de caixa foi adquirido em uma combinação de negócios durante o ano. Nesse caso, a unidade deverá ser testada por *impairment* antes do final daquele período contábil em que a aquisição ocorreu. (LEMES, CARVALHO, 2010, p. 154).

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012), alguns fatores que podem indicar a necessidade de aplicação do teste de impairment são:

- diminuição significativa do preço de mercado;
- mudança significativa na forma de utilizar o bem que reduza sua vida útil;
- danificação do bem;
- mudança significativa de aspectos legais ou de negócios que possam afetar seu valor, ou a avaliação do regulador;
- expectativa real de que o ativo será vendido ou baixado antes do término de sua vida útil anteriormente prevista, entre outros. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, P. 280).

3.1.7.1 Contabilização das perdas das unidades geradoras de caixa

Segundo Lemes e Carvalho (2010):

Ao contabilizar a perda por impairment, a redução do valor contábil dos ativos que compõem a unidade (ou grupo de unidades) geradora de caixa deverá ser reconhecida na seguinte ordem:

- a) primeiro reduz-se o valor do goodwill da unidade; e
- b) remanescendo perda a ser alocada, reduz-se o valor contábil dos ativos, proporcionalmente ao seu valor relativo na unidade. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 154).

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010):

Sob qualquer circunstância, ao alocar uma perda por impairment, a entidade não poderá reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior entre: seu valor justo menos os custos da venda, seu valor em uso zero. Ou seja, o valor contábil do ativo será reduzido (caso haja perda) até o maior entre o valor justo líquido e o valor em uso. Caso esses dois valores sejam negativos, o valor contábil do ativo será reduzido somente até zero. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 155).

3.1.7.2 Depreciação e amortização

Segundo Padoveze, Benedicto, Leite (2012), “após o reconhecimento de uma perda por impairment, a depreciação e a amortização do ativo devem ser ajustadas nos períodos futuros, considerando a sua vida útil remanescente”.

3.1.7.3 Reversão da perda por desvalorização - impairment

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012):

As normas contábeis brasileira (CPC 1) e internacional (IAS 36) estabelecem que uma perda por impairment registrada de um ativo que não seja o goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura) e que tenha sido reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida, até o limite do montante registrado, se houver alteração nas estimativas do valor justo do ativo. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.282).

3.1.7.4 Divulgação

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012) “a empresa deve divulgar em notas explicativas no mínimo as seguintes informações sobre o teste de *impairment*”

:

- o valor da perda (reversão de perda) com desvalorizações reconhecidas no período e eventuais reflexos em reservas de reavaliações;
- os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da desvalorização;
- a relação dos itens que compõem a unidade geradora de caixa e uma descrição das razões que justifiquem a maneira como foi identificada a unidade geradora de caixa;

- se o valor recuperável é o valor líquido de venda, divulgar a base usada para determinar esse valor; e, se o valor recuperável é o valor do ativo em uso, a taxa de desconto usada nessa estimativa. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE. 2012, P.282,283.)

3.2 Controladoria Financeira

Segundo Mosimann e Fisch (1999) “a controladoria consiste em um corpo de doutrinas e conhecimentos relativos à gestão econômica.”

Os dois enfoques da Controladoria são:

- a) Como um órgão administrativo com missão, funções e princípios norteadores definidos no modelo de gestão do sistema empresa; e
- b) Como uma área do conhecimento humano com fundamentos, conceitos, princípios e métodos oriundos de outras ciências. (MOSIMANN; FISCH, 1999, p.88)

Neste sentido, Padoveze (2003) define controladoria como uma “unidade administrativa responsável pela utilização de todo o conjunto da Ciência Contábil dentro da empresa.”

A visão de Catelli citado por Padoveze (2003) sobre a controladoria “...identificação, mensuração, comunicação e a decisão relativos aos eventos econômicos (...) respondendo pelo lucro e pela eficácia empresarial.”

A controladoria assim como todas as áreas de responsabilidade de uma empresa, deve esforçar-se para garantir o cumprimento da missão e a continuidade da organização. Seu papel fundamental nesse sentido consiste em coordenar os esforços para conseguir um resultado global sinérgico, isto é, superior à soma dos resultados de cada área. (MOSIMANN; FISCH, 1999, p.89)

Padoveze (2003) encerra afirmando que “a Controladoria seria a Ciência contábil dentro do enfoque controlístico da escola italiana. Pela escola americana, a Contabilidade Gerencial é o que se denomina Controladoria.”

3.2.1 Capital de giro

De acordo com Neto (2010) o capital de giro “corresponde a uma parcela de capital aplicada pela empresa em seu ciclo operacional, caracteristicamente de curto

prazo, a qual assume diversas formas ao longo de seu processo produtivo e de venda”.

Masakazu Hoji (2009) define Capital de giro como “capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional.”

Segundo Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003) “o capital de giro é um conceito econômico-financeiro e não uma definição legal, constituindo uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a Necessidade de capital de giro da empresa.”

Nesse sentido Neto afirma:

A administração do capital de giro (circulante) envolve basicamente as decisões de compra e venda tomadas pela empresa, assim como suas mais diversas atividades operacionais e financeiras. Nessa abrangência, coloca-se de forma nítida que a administração do capital de giro deve garantir a uma empresa a adequada consecução de sua política de estocagem, compra de materiais, produção, venda de produtos e mercadorias e prazo de recebimento. (NETO, 2010, p.553)

Hoji (2009) ressalta a importância do estudo do capital de giro, pois o mesmo é fundamental para a administração financeira, devido a necessidade de recuperação dos custos e despesas incorridos durante o ciclo operacional, para que dessa maneira obtenha o lucro desejado, seja ela por meio das vendas ou por meio da prestação de serviços.

O capital de giro corresponde ao ativo circulante de uma empresa. Em sentido amplo, o capital de giro representa o valor total dos recursos demandados pela empresa para financiar seu ciclo operacional, o qual engloba, conforme comentado, as necessidades circulantes identificadas desde a aquisição de matérias-primas até a venda e o recebimento dos produtos elaborados. (NETO, 2010, p.554)

Dessa forma, encontramos o Capital de Giro (CDG) utilizando da seguinte fórmula:

$$\text{CDG} = \text{Passivo Permanente} - \text{Ativo Permanente}$$

$$\text{CDG} = \text{ELP} + \text{PL} - (\text{RLP} + \text{AP})$$

Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003) explicam que:

Capital de giro diminui quando a empresa realiza novos investimentos em bens do ativo permanente. Esses investimentos são, em geral, realizados

por meio de autofinanciamento, empréstimos a longo prazo e aumentos de capital, que por sua vez aumentam o capital de giro compensando aproximadamente a diminuição provocada pelos novos investimentos.

Dessa maneira, Hoji (2009) ressalta que o capital de giro não fica restrito apenas no ativo circulante, mas também nas contas do passivo. Na prática, os recursos financeiros gerados pelas duplicatas recebidas entram primeiramente no caixa e, após essa fase, saem para liquidação das obrigações financeiras.

3.2.2 Ciclo operacional

Segundo Hoji (2009, p. 9) “o ciclo operacional de uma empresa industrial inicia-se com a compra de matéria-prima e encerra-se com o recebimento da venda. O ciclo operacional é a soma do prazo de rotação dos estoques e prazo de recebimento da venda.”

As atividades operacionais de uma empresa envolvem, de forma sequencial e repetitiva, a produção de bens e serviços e, em consequência, a realização de vendas e respectivos recebimentos. Nessas operações básicas procura a empresa obter determinado volume de lucros, de forma a remunerar as expectativas de retorno de suas diversas fontes de financiamento (credores e proprietários). (NETO; 2010,p.559)

Padoveze (2003) define o ciclo operacional como “todas as ações necessárias e exercidas para o desempenho de cada atividade. É o processo de gestão de cada atividade, que inclui planejamento, execução e controle.”

Neste sentido, Neto (2010) salienta que:

O ciclo operacional da empresa sobressai composto por todas as fases de suas atividades operacionais. Em uma empresa industrial, o ciclo operacional se inicia com a aquisição das matérias-primas, em seguida passa pela armazenagem, produção e venda e finaliza com o recebimento efetivo das vendas realizadas. (NETO; 2010,p.559)

Neto (2010) apresenta de forma linear esse processo:

- P_{MEmp} = prazo médio de estocagem das matérias-primas
- P_{MF} = prazo médio de fabricação
- P_{MEpt/PMV} = prazo médio de estocagem dos produtos terminados/ prazo médio de venda

- PMC = prazo médio de cobrança
- PMPF = prazo médio de pagamento a fornecedores

3.2.3 Ciclo Financeiro

De acordo com Padoveze (2003), o ciclo financeiro “corresponde ao processo de efetivação financeira de cada evento econômico em termos de Fluxo de caixa.”

Em geral, é diferente do ciclo econômico, pois os momentos de ocorrência dos valores dos eventos econômicos são normalmente prolongados por prazos de pagamento e recebimento. Os prazos de pagamentos e recebimentos, além das condições normais de crédito oferecidas pelas empresas, são utilizados pela necessidade física de se operacionalizar a efetivação financeira das transações. As empresas tem um tempo mínimo para, após o recebimento do produto ou serviço, providenciar o seu pagamento. O ciclo financeiro corresponde ao intervalo entre os momentos T3 e T9. (PADOVEZE; 2003, p. 283)

Segundo Hoji (2009) o ciclo financeiro tem início como o primeiro desembolso e termina, geralmente, com o recebimento da venda. “Caso haja pagamento de custos ou despesas após o recebimento da venda, é nesse momento que se encerra o ciclo financeiro”

Apesar de o evento crédito dos impostos sobre as compras ser um componente do ciclo financeiro, o seu pagamento é efetivado ao fornecedor e este recolhe os impostos aos órgãos governamentais. Os impostos creditados são, então, contabilizados e serão deduzidos dos impostos gerados sobre a venda e recolhidos nos prazos determinados pelo governo, que não tem correlação com prazo dado pela empresa a seus clientes. (PADOVEZE; 2003, p. 283)

O ciclo financeiro compreende as etapas do pagamento das compras de materiais até o recebimento da venda.

3.2.4 Políticas de concessão de crédito aos clientes

De acordo Hoji (2009, p. 129) “uma política de crédito liberal aumenta o volume de vendas muito mais do que uma política rígida, porém gera mais investimento em contas a receber e mais problemas de recebimento, o que exige maior rigidez na cobrança.”

De acordo com Megliorini e Vallim (2009):

Vender a crédito sujeita a empresa a riscos que não existem nas vendas à vista, associados à possibilidade de não-recebimento. Desse modo, a disposição de uma empresa trabalhar com esse tipo de venda não significa que todos os potenciais clientes serão beneficiados. É necessário que a empresa vendedora tenha uma política de crédito eficiente que, além de fixar prazos para a quitação das dívidas, estabeleça critérios para a seleção de clientes, a fim de tentar distinguir os mais confiáveis, que receberão crédito, daqueles menos confiáveis, aos quais o crédito será negado. (MEGLIORINI; VALLIM, 2009, p. 182)

Políticas mais rígidas tendem a reduzir o número de clientes devido a seleção mais criteriosa. Essa situação minimiza os problemas decorrentes de maus pagadores e exige investimentos menores em duplicatas a receber. (MEGLIORINI; VALLIM, 2009, p. 184)

3.2.5 Políticas de estocagem

Neto (2010) afirma que “os estoques costumam manter uma participação significativa no total dos investimentos ativos da maior parte das empresas industriais e comerciais.”

Em empresas industriais, os estoques, podem ser classificadas em: matérias-primas, produtos em elaboração, materiais de consumo, materiais de embalagem e produtos acabados. (HOJI; 2009, p. 121)

Sendo assim, Megliorini e Vallim (2009) explicam que:

Os estoques correspondem às quantidades de matérias-primas, produtos ou mercadorias que são mantidos em situação de disponibilidade, com certa frequência de renovação, para serem empregados de acordo com as necessidades de produção ou de acordo com os pedidos dos clientes. (MEGLIORINI; VALLIM, 2009, p. 190)

Hoji (2009) ressalta que “a responsabilidade direta pela administração dos estoques não é do administrador financeiro, mas ele pode influir sobre os resultados globais da empresa, interagindo junto a áreas operacionais responsáveis pelo controle do giro e níveis adequados de estoques.”

Megliorini e Vallim (2009) ressaltam a importância do investimento em estoques:

Uma vez que estoques representam uma parcela importante da composição do capital de giro da maioria das empresas industriais e comerciais, a

administração deles deve otimizar o investimento nesse ativo, mantendo-o em níveis adequados ao atendimento da produção e dos pedidos dos clientes e minimizando, desse modo, a necessidade de capital investido, ao mesmo tempo em que reduz os custos operacionais relacionados aos estoques. (MEGLIORINI; VALLIM, 2009, p. 190)

Entretanto, Neto (2010) faz uma ressalva com relação ao acúmulo de estoques:

É interessante sempre evitar quantidades excessivas de estoques, as quais, em função de imprimem maior lentidão ao giro dos ativos, reduzem a rentabilidade da empresa. No entanto em algumas situações, essa queda de rentabilidade pode ser mais que compensada pela introdução de determinados benefícios. (NETO; 2010, p. 624)

Dessa forma, entende-se que é importante que a empresa mantenha um estoque de segurança, que seria um volume pouco acima do normal, para quaisquer eventualidades.

3.2.6 Necessidade de Capital de giro

Os autores Brasil e Brasil (2002) explicam que a necessidade de capital de giro é, “na maioria das vezes, um ativo operacional a ser administrado e resulta ele próprio, de um balanço entre contas cíclicas, fontes ou aplicações”.

Neste sentido, Hoji (2009) explica que a necessidade do capital de giro (NCG) é a diferença entre o ativo circulante operacional (ACO) e o passivo circulante operacional, e que o balanço patrimonial da empresa fornece os dados necessários para esse cálculo.

Dessa forma, Assaf Neto e Silva ressaltam a relevância desse método:

Uma importante metodologia de estudo da posição de equilíbrio de uma empresa é aquela baseada na distinção de seus ativos e passivos circulantes em itens operacionais (ou cíclicos) e financeiros (ou erráticos). Além de proporcionar uma avaliação mais analítica da posição financeira da empresa, o critério permite, ainda de maneira relativamente simples e dinâmica, que se identifiquem as efetivas necessidades de capital de giro da empresa, ou seja, o volume de investimento operacional em giro adequado a seu equilíbrio financeiro. (ASSAF NETO; SILVA, 1997,p.53)

Para que chegue na necessidade de capital de giro (NCG) Assaf Neto e Silva (1997) explicam que primeiramente é necessário a separação das contas do balanço

em operacional e financeiro. Abaixo demosntramos as principais contas operacionais e financeiras:

Quadro 1: Os grupos patrimoniais operacional, financeiro e permanente

		ATIVO	PASSIVO		
CIRCULANTE	Financeiro	Caixas e Bancos Aplicações Financeiras	Empréstimos Bancários Financiamentos Duplicatas Descontadas Dividendos e IR	Financeiro	CIRCULANTE
	Operacional	Duplicatas a receber Estoques Adiantamentos e Despesas de competência do Exercício seguinte	Fornecedores Salários e Encargos Impostos e taxas Adiantamentos de Clientes	Operacional	
PERMANENTE		Realizável a Longo Prazo Investimento Fixo	Exigível a Longo Prazo Patrimônio Líquido		PERMANENTE

Fonte: Universidade Federal do Ceará

Hoji (2009) nos apresenta as possibilidades de capital de giro:

$$NCG = ACO - PCO$$

$$ST = ACNO - PCNO$$

ACO = PCO: existe equilíbrio entre o capital de giro e as fontes naturais de financiamento do negócio. Nessa situação a NCG é nula.

ACO > PCO: a empresa necessita de recursos de natureza financeira para financiar o giro dos negócios.

ACO < PCO: a empresa dispõe de excedente de fontes naturais do negócio, para aplicações financeiras.

ACNO > PCNO: a empresa possui aplicação financeiras; portanto, tem uma situação financeira folgada no curto prazo.

ACNO < PCNO: recursos de terceiros, de natureza financeira, estão financiando as atividades operacionais. (HOJI, 2009, p.304)

Dessa forma, já é possível encontrar a necessidade de capital de giro utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{Necessidade de capital de giro (NCG)} = ACO - PCO$$

Neste sentido, Assaf Neto e Silva explicam:

Em suma, a necessidade de investimento em capital de giro depende fundamentalmente do volume de atividade (produção e vendas) da empresa e de seu ciclo financeiro, definido pelas características da natureza de seus negócios e sazonalidades, que determinam, conforme se comentou, os giros das fases operacionais e os valores das contas cíclicas. É a necessidade operacional permanente de recursos, devendo, em condições de equilíbrio, ser financiada com fundos de longo prazo. (ASSAF NETO; SILVA, 1997,p.56)

3.2.7 Saldo Tesouraria

Brasil e Brasil (2002) definem o Saldo de tesouraria (T) como resultado “ do balanço das contas erráticas do ativo e do passivo, que consideram empréstimos de curto prazo, nestes incluídos os descontos de duplicatas e as aplicações financeiras também de curto prazo.”

$$T = \text{Contas erráticas do ativo} - \text{Contas Erráticas do passivo}$$

Na visão de Assaf Neto e Silva (2002, p. 65), o saldo de tesouraria representa “uma reserva financeira da empresa para fazer frente a eventuais expansões da necessidade de investimento operacional em giro, principalmente aquelas de natureza sazonal.”

Conceitualmente, o Saldo de Tesouraria (T) é a diferença entre os Ativos Circulantes Financeiros (AF) e Passivos Circulantes Financeiros (PF) de Curto Prazo. Estruturalmente, o saldo da variável T mede o risco a curto prazo da empresa, sendo resultado das estratégias adotadas ao nível dos componentes do CDG. Portanto, as decisões operacionais e as políticas de autofinanciamento são determinantes de T (COSTA et al., 2008).

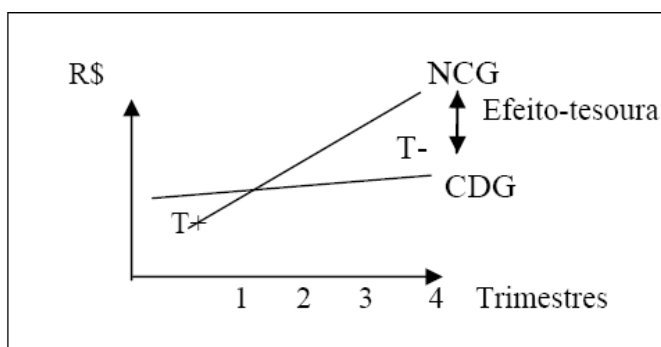
Dessa forma, Brasil e Brasil (2002) completam:

Conjuntamente, T varia em função das oscilações da parte variável da NCG. Nesse caso, a administração de T é feita em cima das previsões de um fluxo de caixa diária ou semanal em que são lançadas as previsões de entradas e saídas de recursos e detectadas as possibilidades de aplicações financeiras ou as necessidades de empréstimos de curto prazo.(BRASIL; BRASIL, 2002,p. 59)

De acordo com Brasil e Brasil (2002) o “Efeito Tesoura” “é consequência do descontrole no crescimento da dependência de empréstimos a curto prazo.”

Abaixo a representação do “Efeito Tesoura”:

Figura 1: Efeito Tesoura



Fonte:UNAMA

Neste sentido os autores ressaltam que “excessiva dependência de empréstimos a curto prazo torna a liquidez da empresa mais crítica. Qualquer corte de crédito por efeito do desaquecimento da economia pode levar a insolvência rapidamente.” (BRASIL; BRASIL, 2002, p. 60)

3.3 Contabilidade Fiscal e Tributária

Segundo Oliveira, Chierigato, Junior e Gomes (2011), “direito e contabilidade são ciências que caminham juntas e complementam-se, desde longa data, acompanhando a natural evolução das diversas sociedades”.

Direito é a ciência das normas obrigatórias que disciplinam as relações dos homens em sociedade, existindo para isso as diversas jurisprudências. É o conjunto das normas jurídicas vigentes num país.

Entre essas, destacam-se as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, constituindo o Sistema Tributário Nacional, que disciplina a arrecadação e distribuição de rendas.

A contabilidade, por sua vez, é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica, servindo como ferramenta para o gerenciamento da evolução do patrimônio de uma entidade e, principalmente, para a prestação de contas entre os sócios e demais usuários, entre os quais se destacam as autoridades responsáveis pela arrecadação dos tributos de uma nação ou região. (OLIVEIRA, CHIEREGATO, JUNIOR E GOMES, 2011, p.3).

No dia-a-dia, o contador é orientado a seguir as normas apresentadas nas legislações vigentes, para apuração de impostos e entrega de demonstrações acessórias, sendo assim, imprescindível o conhecimento do contador na área tributária.

3.3.1 Tributação das pessoas jurídicas

A tributação das Pessoas Jurídicas, geralmente é feita por um dos três regimes:

- Lucro Real;
- Lucro Presumido ou Arbitrado;
- Simples Nacional.

3.3.1.1 Lucro Real

Segundo Oliveira, Chierigato, Junior e Gomes (2011), pode-se dizer que “lucro real é aquele realmente apurado pela contabilidade.”

Ainda segundo Oliveira, Chierigato, Junior e Gomes (2011)

Lucro real é o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. Os ajustes do lucro líquido do período de apuração e a demonstração da apuração do lucro real devem ser transcritos no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur).

O lucro real, pode ser, a critério do contribuinte:

- a) apurado em cada trimestre; ou
- b) apurado anualmente.

(OLIVEIRA, CHIEREGATO, JUNIOR E GOMES, 2011, p. 170,171).

A Receita Federal também conceitua o lucro líquido:

Art. 248. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional (Capítulo V), dos resultados não operacionais (Capítulo VII), e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 1º, Lei nº 7.450, de 1985, art. 18, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 4º). (BRASIL, 1999).

De maneira mais clara, a Receita Federal esclarece: Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações

prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais.

De acordo com o CPC 32, Base Fiscal é:

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Se aqueles benefícios econômicos não serão tributáveis, a base fiscal do ativo é igual ao seu valor contábil. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 32).

3.3.2 Adições e exclusões

As definições básicas de adições e exclusões segundo Pêgas (2009):

- Adições – Despesas contabilizadas e não aceitas pelo fisco: são aqueles valores registrados pela contabilidade da empresa em despesa, mas que a legislação fiscal não aceita como dedução do lucro. Então, se uma despesa for retirada do resultado contábil, este aumenta, por isso, chamamos de adição ao lucro líquido.
- Adições – Receitas exigidas pelo fisco e não contabilizadas em receita: esta situação acontece quando a empresa não registra determinado valor em receita na contabilidade, mas o Fisco exige seu reconhecimento para fins fiscais. Como não está compondo o resultado da empresa, se nela fosse incluído, representaria uma adição.
- Exclusões – Receitas contabilizadas e não exigidas pelo fisco: aplica-se o mesmo raciocínio das adições, ou seja, representa um valor que, embora reconhecido como ganho pela empresa e contabilizado em receita, a legislação fiscal não exige sua tributação, permitindo assim que esta receita não entre na base fiscal para cálculo dos tributos sobre o lucro. Se o valor for retirado do resultado apurado na contabilidade, este será diminuído. Por isso, faz-se exclusão ao lucro líquido.
- Exclusões – Despesas aceitas pelo fisco e não contabilizadas em despesa: em algumas situações o fisco permite que sejam feitas deduções na base fiscal que não estão registradas como despesa na contabilidade. A forma adequada de se proceder a estas deduções é através do registro diretamente na base fiscal, sem transitar pelo resultado contábil. Como o resultado seria diminuído se fosse incluída esta despesa, deve-se proceder a uma exclusão ao lucro líquido. (PÊGAS, 2009, p. 329).

Algumas despesas que reduzem o lucro líquido, não são aceitas pelo fisco, sendo elas chamadas de adições permanentes. Outras, não são aceitas no momento da apuração, mas são aceitas no futuro (por conta de algum fator), sendo elas chamadas de adições temporárias.

As exclusões que representarem reversão de adição temporária são chamadas exclusões temporárias. Já as exclusões realizadas, a fim de não compor

o lucro da entidade no momento do cálculo do imposto, são chamadas de exclusões permanentes.

Segundo o CPC 32, pode-se definir os seguintes termos deste pronunciamento, como específicos, sendo eles:

- *Resultado contábil* é o lucro ou prejuízo para um período antes da dedução dos tributos sobre o lucro.
- *Lucro tributável* (prejuízo fiscal) é o lucro (prejuízo) para um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades tributárias, sobre o qual os tributos sobre o lucro são devidos (recuperáveis).
- *Despesa tributária* (*receita tributária*) é o valor total incluído na determinação do lucro ou prejuízo para o período relacionado com o tributo sobre o lucro corrente ou diferido.
- *Tributo corrente* é o valor do tributo devido (recuperável) sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período.

3.3.3 Ativos Contingentes

O ativo representa os bens e os direitos de uma determinada entidade.

De acordo com CPC 25 pode-se definir ativo contingente como um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Assim como o passivo o ativo contingente não deve ser reconhecido, por se tratar de valores não estimados, que são resultados de eventos não planejados, podem até nunca ser realizados.

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões nos itens 36 a 52.

É necessário que a entidade faça a avaliação periódica dos ativos, para que os valores sejam espelhados devidamente das demonstrações contábeis.

3.3.4 Passivos contingentes

O passivo representa as obrigações da entidade, com base em fatos já ocorridos no passado, que ainda não foram liquidados, ou seja, valores que representem obrigações a serem liquidadas no futuro.

O Passivo contingente, é diferente das provisões, pois não pode ser estimado. Sendo assim, o passivo contingente não deve ser reconhecido.

[...] (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que:
(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

[...] passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:
(i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
(ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

3.3.5 Provisões

O CPC 25 define como provisão um passivo de prazo ou de valor incertos.

[...] provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Conforme o CPC 25, para o reconhecimento de uma provisão é necessário verificar os seguintes itens:

- A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A diferença entre a provisão e o passivo contingente, é que a provisão é um passivo incerto, aquele o qual não há como ter certeza sobre sua liquidação, porém,

pode ser feita uma estimativa próxima. Já o passivo contingente está condicionado a eventos futuros, podendo acontecer ou não.

3.4 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores que os auxiliem em suas funções gerenciais.

Contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre os eventos econômicos da organização. Um exemplo de informação contábil gerencial são as despesas relacionadas a um departamento operacional. Outros exemplos são os custos calculados na fabricação de um produto, na prestação de um serviço, no desempenho de uma atividade, no processo gerencial e no atendimento a um cliente. (ATKINSON; BANKER; KAPLAN; YOUNG, 2011, p. 36)

Conforme a IFAC – International Federation of Accounting (Federação Internacional de Contabilidade) o contador gerencial é definido como:’

Profissional que identifica, mede, acumula, analisa, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos.

Para o contador gerencial deve assegurar que a administração tome as decisão adequadas para estratégias a longo prazo. Para Crepaldi (2006, p.22) “o desafio de um contador gerencial é proporcionar informações úteis e relevantes que facilitarão encontrar as respostas corretas para as questões fundamentais, em toda empresa, com foco sobre o que deverá ser feito de imediato e a longo prazo”.

3.4.1 Custos fixos e variáveis

São definidos conforme sua variação em relação ao volume de produção em um determinado período. O custo é determinado variável quando o total variar em relação ao volume de produção. Um custo é denominado fixo quando seu total não varia com o volume de produção. O aluguel mensal da empresa é exemplo de um custo fixo, matéria-prima e combustíveis de máquinas são exemplos de custos variáveis.

3.4.2 Custeio por absorção

Para Leone no uso do custeio por absorção “apuração dos custos de produtos e serviços são unânimes em impor o uso do critério por absorção (...) o custeio dos produtos deverá absorver todos os custos e despesas de fabricação, ignorando as despesas das outras funções, como a função administrativa e função comercial”. (LEONE, 2000, p. 323).

Quando se trata de apuração de resultado, o custeio por absorção é o mais utilizado pelas empresas para atender a contabilidade financeira, e mais ainda, a legislação vigente, uma vez que todos os custos de produção (variáveis e fixos; diretos e indiretos) são agregados ao valor do estoque.

Eliseu Martins define este método como sendo:

“[...] o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos e serviços feitos”. (MARTINS, 2009, p.37).

Figura 2: Demonstração do Resultado Custeio por Absorção

Vendas
(-) CPV (Custo do Produto Vendido)
Matéria Prima
Mão de obra direta
Custo Indireto Fabricação Fixo
Custo Indireto Fabricação Variável
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas fixas
(-) Despesas variáveis
(-) Despesas administrativas fixas
(=) Lucro Operacional

Fonte: Megliorini, 2002. Adaptado

Crepaldi (2004) destaca os pontos positivos e as críticas do custeio por absorção:

1. Pontos Positivos – Custeio por Absorção

- Fixação de preços de venda mais reais, pois engloba todos os custos da empresa nos custos unitários dos produtos.
- Baseia-se nos Princípios Fundamentais da Contabilidade.
- Demonstra índices de liquidez reais.
- No Brasil, aceito pelo Fisco.

2. Críticas – Custeio por Absorção

- Os custos dos produtos não poderão ser comparados em base unitárias quando houver alterações no volume de produção.
- A forma de atribuição de custos indiretos é feita por meio de rateios, o que complica e aumenta o trabalho administrativo, além de conferir um grau de subjetividade a essa atribuição.
- Não oferece informações suficientes para a tomada de decisões, já que muitas das decisões se baseiam em análise separada dos custos fixos e variáveis: não permite análise do tipo relação Custo/Volume/Lucro.
- Dificulta o controle orçamentário e a determinação de padrões. (CREPALDI, 2004, p. 139).

3.4.3 Custeio Variável

Segundo Crepaldi (2006), "custeio variável é uma forma de custeamento que consiste em considerar como custo de produção do período apenas os Custos Variáveis incorridos". O autor ainda salienta que os custos fixos, pelo fato de existirem mesmo que não haja produção, não são considerados como custo de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente no resultado do período.

Conforme Martins (2009), na tomada de decisões o Custeio Variável é capaz de proporcionar com mais agilidade informações cruciais à empresa. Mas completa que este custeio fere os princípios contábeis, pois nele os custos fixos não são reconhecidos juntamente com a receita, visto que os mesmos são deduzidos como despesas após a apuração do custo do produto. Assim estes custos também não são aceitos para efeitos de balanços e resultado, mas de acordo com o autor, esta situação poderá ser alterada no futuro. Mesmo não sendo aceita para fins contábeis e fiscais, este método é uma ótima ferramenta para o *controller*.

Crepaldi (2006) listou alguns pontos positivos e negativos do custeio variável:

1. Pontos Positivos – Custeio Variável

- Os custos dos produtos podem ser comparados em bases unitárias, independentemente do volume de produção.
- Facilita o tempo e o trabalho despendidos, tornando mais prática a apuração e a apresentação de informações.
- Melhor controle dos custos fixos, por se apresentarem separadamente nas demonstrações.
- Facilita a elaboração e o controle de orçamentos e a determinação e o controle de padrões.
- Fornece mais instrumentos de controle gerencial.

2. Críticas – Custeio Variável

- Fere o Princípio Contábil da confrontação das receitas com os custos que contribuem para sua obtenção, exemplo: na demanda sazonal em que são apurados, alternadamente, prejuízos durante a produção sem vendas e lucro por ocasião das vendas.
- Pode prejudicar a análise por parte dos credores no que se refere aos índices de liquidez e capital circulante líquido.
- Não considera os custos fixos de determinação do preço de venda.
- Os custos fixos não são completamente fixos e tampouco os variáveis são completamente variáveis (separação categórica).
- No Brasil, não aceito pelo Fisco. (CREPALDI, 2004, p. 139-140)

3.4.4 Comparação entre Custeio por Absorção e Custeio Variável

Quadro 2 – Comparativo entre Custeios

Absorção	Variável
1 – Não há a preocupação em classificar custos fixos e variáveis.	1 – Classifica os custos em fixos e variáveis.
2 – Classifica os custos em diretos e indiretos.	2 – Classifica os custos em diretos e indiretos.
3 – Debita ao segmento, em cujo custo está sendo apurado os seus custos diretos e também os indiretos através de uma taxa de absorção.	3 – Debita ao segmento, em cujo custo está sendo apurado apenas os custos que são diretos ao mesmo e variáveis em relação ao parâmetro escolhido como base.
4 – Os resultados apresentados sofrem influência direta do volume de produção.	4 – Os resultados apresentados sofrem influência direta do volume de vendas.

5 – É um critério legal e fiscal, de uso externo.	5 – É um critério administrativo e gerencial, de uso interno.
6 – Aparentemente, sua filosofia básica alia-se aos preceitos geralmente aceitos de contabilidade, principalmente os fundamentos do regime de competência.	6 – Aparentemente sua filosofia básica contraria os preceitos geralmente aceitos de contabilidade, principalmente os fundamentos do regime de competência.
7 – Apresenta a marginal operacional diferença entre as receitas e os custos diretos e indiretos do segmento estudado.	7 – Apresenta a contribuição marginal diferença entre as receitas e os custos diretos e variáveis do segmento estudado.
8 – O custeamento por absorção destina-se a auxiliar a gerência no processo de determinação da rentabilidade e de avaliação patrimonial.	8 – O custeamento variável destina-se a auxiliar, sobretudo, a gerência no processo de planejamento e de tomada de decisões.
9 – Como o custeamento por absorção trata dos custos diretos e indiretos de determinado segmento, sem cogitar de perquirir se os custos são variáveis ou fixos, apresenta melhor visão para o controle da absorção dos custos da capacidade ociosa.	9 – Como o custeamento variável trata dos custos diretos e variáveis de determinado segmento, o controle da absorção dos custos da capacidade ociosa não é bem explorado.

Fonte: LEONE, 2000, p. 406-407

De forma geral, verificando as diferenças e as semelhanças dos dois métodos de custeio, pode-se concluir que os mesmos são complementares, uma vez que, o custeio por absorção atende aos princípios fundamentais de contabilidade e à legislação fiscal e a variável fornece informações mais precisas para a tomada de decisões.

5 CONCLUSÃO

Com a realização desta pesquisa foi possível ter uma visão completa das normas internacionais de contabilidade e dos conceitos teóricos e práticos para elaboração do Teste de Impairment para ativos de longa duração e seus efeitos financeiros e tributários, com isso o trabalho possibilitou uma visão completa da estrutura da Monte Real e dos mecanismos gerenciais utilizados para gerir de forma mais adequada a fábrica.

A mesma propiciou conhecimento sobre os fundamentos para o gerenciamento do capital de giro, bem como à administração do ciclo operacional e financeiro, além disto, foi possível identificar a viabilidade financeira do empreendimento.

Com o conhecimento e aplicação referente à contabilidade gerencial foi possível efetivar a comparação entre os métodos de custeio para a elaboração dos demonstrativos contábeis e a identificação das divergências entre os mesmos. A comparação dos métodos proporcionou o conhecimento para analisar as variações ocorridas no resultado, e como isso, pode afetar o empreendimento por um todo.

A pesquisa propiciou ainda conhecimento do ativo fiscal diferido, além da análise e contabilizações pertinentes ao CPC 32 e ao CPC 25, utilizando-se das disposições legais para o uso da tributação adequada para contabilização, observando a base de cálculo e as alíquotas para cada caso.

REFERÊNCIAS

LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade internacional para graduação**: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional IFRS - US Gaap - BR Gaap**: teoria e prática. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

UNAMA. **Matemática financeira**. Disponível em:

<<http://arquivos.unama.br/professores/iuvb/contabilidade/MF/aula12/verprint.htm>>.

Acesso em 29 de março de 2014.

UFC. **Administração financeira orçamentária**. Disponível em:

<http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/gad/A_a_H/administracao_fin_orcam/aula_04-6574/04.html>. Acesso em 18 de Abril de 2014

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, 2009.

FLEURIET, Michel; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges. **O modelo Fleuriet**. 2. ed. Rio de Janeiro :Elsevier, 2003.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre; MARTINS, Eliseu. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1985.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello. **Controladoria**. 2.ed. São Paulo: Atlas,1999.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F.

Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 1995.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC**

025. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível

em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABHy8AG/cpc-25-provisoes-passivos-contingentes-ativos-contingentes?part=2>>. Acesso em 18 abril de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC**

032. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em

<<http://pt.scribd.com/doc/23794455/CPC-32-Tributos-Sobre-o-Lucro>>. Acesso em 18 abril de 2014.

OLIVEIRA, Luíz Martins [et. al.]. **Manual de Contabilidade Tributária:** textos e testes com as respostas. 10. ed. São Paulo : Atlas, 2011.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual da Contabilidade Tributária.** 6. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2009. 742 p.

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, Mark S.,
Contabilidade Gerencial. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Contador gerencial.**

Disponível em: <<http://www.ifac.org/>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos:** planejamento, implantação e controle.

3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos.** São Paulo: Markron Books, 2002.

CREPALDI, Silvio A. **Contabilidade Gerencial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.